

ÂNGELA BORGES*

JOVENS E TRABALHO: QUESTÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS DO BRASIL

As transformações do capitalismo no final do século XX levaram à emergência de novas manifestações da questão social, algumas delas presentes em quase todos os países industrializados. A entrada dos jovens no mundo do trabalho é um desses processos sociais que foram radicalmente transformados e complexificados, passando a se configurar como problemáticos e originando novos campos de estudo, na sociologia do trabalho e na sociologia da juventude.

Com a crise do fordismo, marcada pelo fim do pleno emprego e pela progressiva substituição da relação salarial padrão¹ por formas flexíveis e precárias de emprego, a transição escola-trabalho deixou de ser linear e “natural”, não se limitando mais a um curto período de procura de trabalho, seguido do acesso a um emprego estável por uma das portas de entrada existentes nos mercados internos de trabalho ou pelo acesso, relativamente fácil, a um posto

* Doutora em Ciências Sociais, Pesquisadora Associada do CRH – UFBA, no grupo de pesquisa Trabalho, Trabalhadores e Reprodução Social e professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil (angelborges@uol.com.br).

¹ Contrato por tempo indeterminado, jornada integral, salários negociados e crescentes e regras claras de progressão na carreira

de trabalho de menor qualidade no chamado mercado de trabalho secundário.

Este trânsito, até certo ponto previsível e que, na maioria dos casos, assegurava uma coerência entre a escolaridade alcançada e o lugar ocupado no sistema produtivo, foi bloqueado nas últimas três décadas do século XX e substituído por uma diversidade muito grande de trajetórias, de duração variada porém cada vez mais longas, iniciadas ou não com a conclusão dos estudos, seguida da alternância de períodos de procura de emprego, de empregos precários, períodos de desemprego – que podem se alongar por muitos meses ou anos –, de inatividade e, mesmo, do retorno ao sistema educacional.

No Brasil, a interrupção dos padrões de transição escola-trabalho que vigoraram a partir da industrialização iniciou-se na crise da década de 80 e se completou nos primeiros anos da década de 90, quando o desemprego massivo de jovens e a precariedade, a instabilidade e a insegurança do trabalho juvenil se impuseram como norma aumentando, de forma exponencial, os contingentes de jovens vulnerabilizados e vivenciando situações de risco. A partir de então, todos os indicadores do mercado de trabalho apontam os jovens como o segmento mais afetado pela reestruturação produtiva do final do século passado, colocando o problema da “inserção juvenil no mercado de trabalho” nas pautas de discussão da sociedade, da academia e do Estado, ensejando a construção de políticas públicas específicas.

Neste estudo, busca-se contribuir para a melhor compreensão dessa questão, analisando as transformações ocorridas entre 1995 e 2005 nos padrões de incorporação dos jovens em mercados de trabalho metropolitanos do Brasil. Nessa análise a ênfase é colocada no grau de exposição desses trabalhadores ao desemprego e à inserção precária, levando em conta as dimensões de idade, gênero, escolaridade e renda domiciliar *per capita*. As informações das regiões metropolitanas selecionadas foram agrupadas por grandes regiões (Nordeste - Fortaleza, Recife e Salvador - e Sudeste - Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo) e a base de dados utilizada é a PNAD/IBGE.

São considerados jovens os indivíduos na faixa etária de 18 e 29 anos. Trata-se, é verdade, de uma definição limitada que, intencionalmente, deixa de lado todo o debate teórico em torno do conceito de juventude, sua historicidade e o seu caráter multidimensional, incapaz de ser apreendido pelo simples enunciado de limites etários. A opção do recorte etário de 18 a 29 anos ao invés da faixa de 15 a 24 anos, mais utilizada, tem dois motivos. A exclusão

dos adolescentes de 15 a 17 anos deveu-se às particularidades deste grupo que, com ampliação da escolaridade e com as restrições legais ao trabalho dos menores de 16 anos, distanciou-se dos grupos seguintes, apresentando níveis muito diferenciados de frequência à escola, atividade, desemprego e de inatividade. Já a inclusão dos jovens adultos entre 25 e 29 anos de idade busca apreender melhor as mudanças nos padrões de inserção no mercado de trabalho, uma dimensão central na transição para a idade adulta e que, ao estender-se por um período muito longo, está contribuindo para o prolongamento desta transição e para a re-configuração dos próprios *status* sociais de jovem e de adulto (Camarano, 2006).

O texto contém esta introdução e quatro outras partes além das conclusões. Na primeira parte, são tecidas rápidas considerações sobre algumas questões subjacentes à discussão sobre os jovens e o trabalho nos dias atuais, como a transição demográfica, as transformações na família e as características da reestruturação produtiva. Na segunda, é traçado um breve perfil dos mercados de trabalho e da população jovem das metrópoles estudadas; na terceira, são analisados indicadores da pressão juvenil sobre os mercados de trabalho metropolitanos e a capacidade de absorção destes mercados, observando as desigualdades relacionadas com idade, sexo, e escolaridade dos jovens e com a renda domiciliar *per capita*. Na quarta parte são observados os padrões de incorporação da força de trabalho juvenil ao rol dos ocupados e ressaltadas as principais mudanças ocorridas no período analisado. Finalmente, nas conclusões, as evidências apresentadas são recuperadas para uma rápida discussão a respeito do debate sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho.

ELEMENTOS PARA DISCUTIR A RELAÇÃO JOVEM E

MERCADO DE TRABALHO

Na discussão acerca da integração dos jovens ao mundo do trabalho é fundamental a consideração prévia de fatores determinantes na configuração deste processo nos dias atuais. Destacam-se, primeiramente, as condições de funcionamento da economia brasileira no período analisado. Entre 1995 – 2005, o Brasil viveu sob o signo de uma rápida e profunda reestruturação produtiva iniciada nos primeiros anos da década de 90 e que visou, sob a égide do projeto neoliberal, sintetizado no receituário do chamado Consenso de Washington, integrar o Brasil ao capitalismo mundializado, numa posição subordinada e sem projeto soberano de nação.

Para fins da análise aqui desenvolvida, importa ressaltar que essa reestruturação mudou o perfil da mão-de-obra demandada, destruiu ocupações, trouxe novas exigências de qualificação, tornou obsoletos modelos de trajetórias profissionais e mapas cognitivos. Provocou, também, o deslocamento das linhas de segmentação do mercado de trabalho, colocando desafios a todos os trabalhadores mas, particularmente, àqueles que ingressam pela primeira vez nesse mercado. Dados o seu caráter subordinado e não planejado e o baixo crescimento da economia que engendrou, o impacto dessa reestruturação sobre o mercado de trabalho – e sobre os trabalhadores – foi devastador: desemprego elevadíssimo, de longa duração e estruturado, intenso processo de precarização dos postos de trabalho e dos vínculos empregatícios e perdas salariais acentuadas e (quase) generalizadas.

A partir dos anos 2000 e, especificamente, a partir de 2003, a economia brasileira voltou a crescer a taxas mais elevadas – porém bem inferiores àquelas registradas pela maior parte dos países industrializados da periferia – em decorrência da expansão da economia mundial e da ausência de crises como as que, na década de 90, vitimaram vários países periféricos, inclusive o Brasil.

Nessa nova conjuntura, as taxas de desemprego recuam e ocorre a expansão do emprego protegido, mas esta recuperação não é capaz de incorporar a maior parte dos desempregados nem os que chegam todos os anos ao mercado de trabalho, resultando na manutenção do desemprego num patamar ainda muito elevado e na permanência da maior parte dos ocupados em empregos ou ocupações precárias. Além disso, coerente com o novo perfil da economia brasileira que emerge da reestruturação – retração de setores de ponta e expansão das atividades menos valorizadas na nova divisão internacional do trabalho, como a produção de *commodities* –, a grande maioria dos empregos gerados é de baixíssima qualidade e mal remunerada.

Para os jovens, além do obstáculo colocado pela geração insuficiente de novos postos de trabalho, a reestruturação produtiva implicou na destruição de portas de entrada tradicionais em decorrência de mudanças tecnológicas, como no caso dos bancos e da construção civil, embora tenha propiciado também o surgimento de novos espaços para a incorporação da força de trabalho juvenil, como é o caso dos *call centers* e do serviço de *motoboys*, redutos do trabalho flexível e precário.

As variáveis demográficas também devem ser consideradas nas análises das mudanças nas condições de acesso dos jovens a um posto de trabalho. Em estado já avançado da sua transição demo-

gráfica, o Brasil vivenciou, no período analisado, a desaceleração do crescimento dos grupos etários entre 18 e 29 anos, porém o número de jovens ainda cresce em termos absolutos e vem se traduzindo em pressão sobre o mercado de trabalho. Simultaneamente, a elevação da esperança de vida e o aumento da população em idade de trabalhar tendem a acentuar o conflito entre gerações no mercado de trabalho, colocando dificuldades adicionais à incorporação das mais novas.

Cabe ainda lembrar as mudanças na família e nas relações intra-familiares, processos complexos e ainda em curso, tais como a redução do tamanho das famílias, a perda de poder do chefe provedor do sexo masculino, o enfraquecimento das relações hierárquicas referidas ao patriarcalismo e o aumento do percentual de famílias chefiadas por mulheres. Neste contexto, também ocorreram mudanças na relação do jovem com a família, destacando-se uma maior autonomia em vários aspectos da sua vida, em especial a sexualidade, a escolha da profissão e a definição dos estilos de vida, simultaneamente ao adiamento da independência financeira, levando ao retardamento da saída à casa dos pais e, até mesmo, o retorno a ela, como estratégia de enfrentamento das adversidades do mercado de trabalho (Castro, 2007, Borges; Castro, 2007).

Esse conjunto de mudanças afeta a relação dos jovens com o trabalho, mas com marcadas diferenças em função da classe/renda da família. Tal variável é responsável pelas principais desigualdades entre os jovens, as quais, associadas às diferenças e desigualdades de idade, de gênero, de escolaridade, de cor e de posição na família traduzem-se em desigualdades na relação com o mercado de trabalho: maior ou menor pressão para entrada e permanência neste mercado, para antecipar o trânsito escola-trabalho e chances desiguais de acesso a um emprego ou ocupação e aos postos de trabalho mais valorizados.

Finalmente, para todos os segmentos de jovens, independente da classe social, mudanças culturais que levam à valorização/imposição de um padrão de consumo associado à identidade juvenil repercutem sobre a relação dos jovens com o trabalho. Isso é mais forte particularmente no caso daqueles cujas famílias não dispõem de recursos para atender às novas demandas, reforçando a dimensão instrumental desta relação embora, como mostra Guimarães, o trabalho siga sendo relevante para os jovens também enquanto valor, como referência para construção da identidade e como direito (Guimarães, 2005).

OS JOVENS E OS MERCADOS DE TRABALHO SELECIONADOS:**BREVES PERFIS**

Como ressaltado por Sassen (1998), no novo estágio do capitalismo, os mercados de trabalho metropolitanos apresentam uma tendência a polarização das ocupações entre postos de trabalho altamente qualificados ao lado daqueles mais desqualificados, que formando um *mix* cujo perfil depende da posição da metrópole na divisão inter-regional do trabalho e na hierarquia de cidades globais. Trata-se mercados de trabalho marcados pela fluidez e por um grande número de postos de trabalho com elevada rotatividade, oferecendo, portanto, maiores oportunidades de inserção, mesmo que precária, para os segmentos da força de trabalho em desvantagem no mercado e/ou mais propensos a aceitar a insegurança e a instabilidade típicas destes empregos, como é o caso de grande parte dos jovens, que ainda se encontram ainda em fase de formação e de experimentação. Os mercados de trabalho metropolitanos constituem-se, assim, para este estudo, em pontos de observação privilegiados das novas configurações do trabalho e dos destinos das novas gerações de trabalhadores (Sassen, 1998; Telles, 2006).

Nas seis regiões metropolitanas selecionadas residiam, em 2005, cerca de 10,1 milhões de jovens entre 18 e 29 anos, 7,6 milhões dos quais nas três metrópoles do Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo) e o restante nas metrópoles nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador).

Os mercados de trabalho dessas duas regiões apresentam diferenças significativas em termos de tamanho, estrutura setorial, perfil ocupacional e níveis médios de desemprego. No Sudeste estão os dois maiores mercados de trabalho metropolitanos do país (São Paulo, com 10,5 milhões de pessoas economicamente ativas e Rio de Janeiro, com 5,7 milhões, em 2005) enquanto no Nordeste os mercados de trabalho metropolitanos têm dimensão bem menor (entre 1,6 e 1,8 milhões de trabalhadores na PEA).

As economias das regiões metropolitanas do Sudeste, embora diferentes entre si, concentram as atividades mais dinâmicas da economia brasileira e, principalmente a região metropolitana de São Paulo, a parte mais expressiva das estruturas de comando dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Concentram, conseqüentemente, a parcela mais significativa dos postos de trabalho protegidos e de melhor qualidade existentes no país, o que repercute nas estruturas sócio-ocupacionais dessas metrópoles, onde são proporcionalmente mais significativos os contingentes de famílias nas faixas intermediárias e alta de renda. Estes mercados de trabalho – em especial o de São Paulo – foram fortemente atin-

gidos pela reestruturação produtiva dos anos 90, a qual eliminou milhões de empregos formais entre 1990 e 1999, particularmente na indústria de transformação, provocando a elevação das taxas de desemprego aberto e à expansão da ocupação precária.

Nas metrópoles do Nordeste, a região do Brasil com índices mais baixos de desenvolvimento, registraram, nos anos 90, a acentuação das suas características mais negativas: desemprego alto e elevadíssimos índices de informalidade e precariedade dos postos de trabalho, embora existam diferenças importantes entre os três mercados de trabalho selecionados, decorrentes de diferenças no perfil das suas economias.

Representando cerca de 30% dos jovens brasileiros residentes nas áreas urbanas, os jovens dessas seis regiões metropolitanas registram taxas médias de desemprego superiores à média urbana (16,4%, em 2005) sendo esta diferença muito mais acentuada no caso das metrópoles nordestinas (24%) do que nas do Sudeste (18,8%). Em conseqüência, a participação dessas metrópoles no estoque de jovens urbanos desempregados é de 38,2%, superior, portanto, ao seu peso na população urbana jovem.

Os jovens residentes nessas metrópoles não formam um conjunto homogêneo, constituindo um segmento da população marcado por múltiplas desigualdades e diferenças que remetem à classe social, ao nível de renda das famílias, à escolaridade, à idade, ao sexo e à cor, dentre outras características.

Esta heterogeneidade do grupo etário entre 18 e 29 anos, de resto presente no conjunto da população, será destacada a seguir na análise dos indicadores do mercado de trabalho mas, antes disso, cabe traçar rápido perfil da população juvenil estudada. Ela soma, como visto, um total de 10 milhões de indivíduos e apresenta ligeira sobre-representação feminina (em 2005, as mulheres eram 51,7% dos jovens nas R.Ms do Nordeste e 50,8% no Sudeste), inferior, no entanto, à encontrada no conjunto da população das regiões selecionadas (cerca de 53%) e crescente com a idade.

No Nordeste, os jovens de 18 a 29 anos representavam cerca de 30% do total da população metropolitana e, no Sudeste, não ultrapassavam os 25%, o que é coerente com o estágio mais avançado da transição demográfica nesta última região e com o arrefecimento dos fluxos migratórios para a metrópole paulista.

Entre 1995 e 2005, o incremento relativo da população de 18 a 29 anos foi um pouco superior ao crescimento da população total nas regiões do Nordeste e ligeiramente inferior no Sudeste. Nas duas regiões, o ritmo de crescimento dos grupos de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos foi bem mais acentuado do que aquele do grupo de

18 e 19 anos, refletindo a passagem da onda jovem que, segundo as projeções dos demógrafos, se extinguirá por volta de 2015. Até lá, contingentes expressivos na faixa dos 20 anos continuarão a pressionar o mercado de trabalho, juntamente com os contingentes menos numerosos de jovens que alcançarão essas idades.

Quanto à distribuição dos jovens por faixa etária, as duas regiões apresentavam, em 2005, uma estrutura semelhante: a maior parcela dos jovens encontrava-se na faixa etária de 20 a 24 anos (cerca de 43%), seguidos daqueles idades entre 25 a 29 anos (cerca de 39%) e dos que tinham 18 e 19 anos (17%). Ou seja, cerca de 40% da juventude analisada neste estudo é composta por jovens adultos em idades nas quais, com importantes diferenças de gênero, nas gerações passadas a maioria já tinha realizado as transições mais relevantes para o ingresso na idade adulta: conclusão dos estudos, conquista da autonomia financeira através do trabalho remunerado, saída do domicílio de origem, casamento e constituição de nova família.

Outro aspecto a ser considerado nessa rápida caracterização da população juvenil estudada é a escolaridade. Medida em anos de estudo, ela é um dos atributos determinantes das chances de acesso a um emprego e do perfil deste emprego e, também, um dos elementos que mais diferenciam a atual geração de jovens das gerações passadas, uma vez que ela é a mais escolarizada que o Brasil já teve. Observa-se, no entanto, que embora beneficiada pela expansão significativa dos sistemas público e privado de ensino a atual geração de jovens ainda apresenta contingentes numerosos com reduzido número de anos de estudo e, conseqüentemente, profundas desigualdades em termos de escolaridade.

Os jovens do Sudeste apresentam níveis médios de escolaridade muito superiores àqueles dos jovens residentes nas metrópoles do Nordeste: em 2005, tinham completado o ensino médio ou estavam cursando o Ensino Superior 51,8% dos jovens das metrópoles do Sudeste e 7,4% já tinham diploma de nível Superior; enquanto nas regiões metropolitanas no Nordeste esses percentuais eram de apenas 42% e 4,4%, respectivamente,

As desigualdades de escolaridade se reproduzem no interior de cada região. Nas áreas metropolitanas do Nordeste nada menos do que 30% dos jovens sequer tinha concluído os primeiros oito anos do Ciclo Básico, encontrando-se em desvantagem na disputa por uma vaga em mercados de trabalho que, cada vez mais, valorizam as credenciais do sistema educacional, utilizando-as como critério de seleção, mesmo para os postos de trabalho mais simples. Ou seja, a vantagem da atual geração de jovens sobre as gerações anteriores

não é uniforme pois uma parte expressiva dela carrega elevados déficits de formação, estando destinada a ocupar as piores posições do mercado de trabalho e/ou a cumprir trajetórias marcadas por grandes dificuldades de acesso a qualquer posto de trabalho.

Na avaliação da escolaridade da atual geração de jovens não se pode deixar de considerar, a existência de uma profunda segmentação do sistema educacional brasileiro entre o ensino de boa e de má qualidade, segmentação que atravessa os três graus de ensino e que leva a que as desigualdades de escolaridade não se limitem aos graus atingidos e aos títulos obtidos, apresentando-se também sob a forma de desníveis gritantes de qualificação entre indivíduos com o mesmo nível de escolaridade. A mensuração deste tipo de desigualdade é impossível a partir dos dados gerados pelas pesquisas domiciliares do mercado de trabalho, evidenciando-se nos resultados dos exames nacionais de avaliação do sistema educacional.

Num mercado de trabalho onde as oportunidades de acesso a um emprego de melhor qualidade são escassas e decrescentes e o número de diplomados cresce rapidamente, a segmentação destes entre os que possuem os conhecimentos e habilidades atestados nos diplomas e aqueles que não os possuem é crucial, porque ela repõe, automaticamente, a seletividade que a universalização (ou o aumento acentuado) do acesso a um dado grau de ensino procurou reduzir e explica uma parte das desigualdades de oportunidade e de rendimentos entre trabalhadores com a mesma escolaridade.

Esse fenômeno tornou-se visível no Brasil com a expansão do ensino Básico e Médio de baixa qualidade, nas redes pública e privada, fenômeno que se acelerou nos anos 1990. Nesse período, a combinação do acirramento da competição entre os trabalhadores com uma política educacional centrada no aumento da produtividade quantitativa do sistema público de ensino nos níveis inicial e médio e na transferência da responsabilidade pela ampliação da oferta de vagas no ensino superior para a iniciativa privada, sem controles eficazes da qualidade do ensino, resultou na rápida multiplicação de diplomados com poucas possibilidades de virem a ocupar os escassos postos de trabalho de melhor qualidade, cujos requisitos de formação educacional e profissional efetivamente correspondam aos conhecimentos e habilidades do seu grau de escolaridade.

A freqüência à escola constitui outro traço a diferenciar os jovens. Em 2005, apenas 28,2% daqueles residentes nas regiões metropolitanas nordestinas e 25% dos residentes no Sudeste ainda estudavam. Esta proporção varia conforme o sexo – é levemente favorável às mulheres no Nordeste e aos homens no Sudeste – mas ela varia principalmente em função da idade. Assim, na Sudeste, em

2005, 49,2% dos jovens entre 18 e 19 anos ainda estudava (55,4% no Nordeste); no grupo de 20 a 24 anos estes percentuais caem para 27,4% no Sudeste e 29,1% no Nordeste e, finalmente, entre os que tinham entre 25 e os 29 anos apenas 15% dos jovens nordestinos e 13,2% dos residentes nas regiões metropolitanas do Sudeste ainda freqüentavam a escola.

Como é óbvio, aqueles jovens que já deixaram o sistema educacional sem terem concluído, pelo menos, o Ensino Médio, carregarão por toda a vida esta desvantagem enfrentando, às vezes muito precocemente, os obstáculos colocados à conquista de um emprego ou ocupação² enquanto os que continuam estudando, ao obterem os títulos mais valorizados pelos empregadores estarão mais bem posicionados para disputar uma vaga no mercado de trabalho.

Considere-se, ainda, que a freqüência ou não à escola se constitui num importante elemento de diferenciação dos jovens na sua relação com o trabalho. Com efeito, num contexto em que, cada vez mais, a disponibilidade e dedicação em tempo integral ao trabalho é um elemento extremamente valorizado e cobrado pelas empresas, as condições da inserção no mercado de trabalho não serão as mesmas para os jovens que já deixaram a escola e para aqueles que continuam a freqüentá-la, pois a própria relação do jovem com o trabalho – sua disponibilidade e expectativas – irá variar em função do seu grau de envolvimento com a atividade de formação.

Estabelece-se, portanto, outra importante diferença entre os jovens que trabalham: aqueles que só trabalham e os que estudam e trabalham, pois parte desses últimos tende a manter uma relação instrumental com os empregos precários que ocupam, reagindo menos à sua baixa qualidade do que os jovens trabalhadores que já deixaram o sistema educacional, para os quais é elevada a possibilidade de que esse tipo de emprego venha a ser a o seu destino final.

A essas diferenças entre homens e mulheres, jovens e jovens adultos, os mais e os menos escolarizados e entre os que estudam e os que não estudam - relevantes na determinação das chances dos indivíduos no mercado de trabalho – somam-se várias outras³, com destaque para as diferenças de posição na estrutura sócio-econômica.

Tomando a distribuição da renda domiciliar *per capita* como indicador indireto da distribuição dos indivíduos nessa estrutura,

2 O que tem levado uma parte desses jovens a retornar ao sistema educacional para completar ou ampliar a sua escolaridade.

3 Em função da classe, da cor, do estado conjugal, da posição na família, da origem, etc.

tem-se que, em 2005, 25% dos jovens das metrópoles do Nordeste e 13,6% daqueles do Sudeste, residiam em domicílios extremamente pobres, cuja renda *per capita* situava-se dentro do limite de elegibilidade dos programas assistenciais de transferência de renda (1/2 salário mínimo *per capita*). Além disso, quase 30% dos jovens do Nordeste e 25% dos do Sudeste encontravam-se em domicílios com renda *per capita* apenas pouco superior (de 1/2 a 1 salário mínimo) ao patamar oficial de pobreza extrema. Portanto, no total, eram pobres ou muito pobres 38,4% dos jovens das metrópoles do Sudeste e, traduzindo a persistência e reprodução das acentuadas desigualdades regionais no país, nada menos que 64,7% dos jovens nordestinos entre 18 e 29 anos.

Já no outro extremo da distribuição de renda, residindo em domicílios com renda *per capita* superior a três salários mínimos, encontrava-se apenas 9,2% dos jovens nordestinos e 14% dos que moravam nas R.Ms. do Sudeste.

JOVENS E TRABALHO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS DO NORDESTE E DO SUDESTE

A seguir, serão analisados os principais indicadores relativos à participação dos jovens de 18 a 29 anos nos mercados de trabalho metropolitanos selecionados e à capacidade destes mercados incorporarem este segmento de trabalhadores: as taxas de participação, de ocupação e de desemprego, calculadas em função da idade, do sexo, da escolaridade e do nível de renda domiciliar *per capita*, principais variáveis responsáveis pela segmentação do grupo etário em juventudes com perfis, expectativas, recursos e condições de acesso aos lugares existentes no mercado de trabalho extremamente diferenciados.

Adianta-se, porém, para o fato de que a análise que aqui se faz não pretende dar conta de toda a diversidade desse segmento da população. Para tanto, haveria que considerar outras variáveis importantes como a cor e a posição na família e, sobretudo, trabalhar com indicadores mais desagregados que permitissem visualizar a diversidade de perfis de jovens produzida pela combinação das suas características e atributos, o que não é possível com a base de dados utilizada, por limitações relacionadas com a representatividade da amostra.

A INSERÇÃO JUVENIL POR SEXO E IDADE

Nas duas regiões, as taxas de participação dos jovens cresceram para todos os grupos de idade, registrando um aumento de cerca de seis pontos percentuais na média do grupo de 18 a 29 anos, como mostram os dados do Quadro 1. Este incremento da participação

juvenil no mercado de trabalho deveu-se, quase exclusivamente, à mudança na relação das mulheres jovens com o trabalho pois, enquanto as taxas masculinas registraram uma leve queda no Nordeste e um pequeno aumento no Sudeste, a taxa de participação feminina registrou um acréscimo de dez pontos percentuais nas duas regiões.

A pressão juvenil sobre o mercado de trabalho aparece mais claramente no incremento da População Economicamente Ativa – PEA: entre 1995 e 2005, nas seis metrópoles selecionadas, 2,1 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho, sendo 3/4 deles no Sudeste.

Essa pressão foi determinada por de um conjunto de fatores – já discutidos - de ordem demográfica (a onda jovem); econômica (desemprego ou queda na renda dos principais provedores do grupo doméstico, pressionando para a entrada dos filhos no mercado de trabalho); e sócio-culturais (mudanças na relação das mulheres com o trabalho na produção; aumento do percentual de mulheres jovens chefe de domicílio e a busca de autonomia financeira). Predominantemente feminina, ela resultou na incorporação de cerca de 1,2 milhão de mulheres jovens à População Economicamente Ativa contra apenas 931 mil homens, nas seis regiões metropolitanas estudadas, levando a uma acentuada redução das desigualdades de gênero no que se refere à participação no mercado de trabalho nas novas gerações.

Além do aumento das taxas femininas, observa-se também que na atual geração de jovens praticamente desapareceram as diferenças no padrão de atividade das mulheres e dos homens. Embora a distância entre as taxas masculinas e femininas ainda se mantenha expressiva, a curva de participação das jovens é idêntica à dos jovens, não se observando mais o declínio da taxa no período em que a maioria das mulheres está se casando e tendo filhos, confirmando um fenômeno amplamente diagnosticado: para a atual geração de mulheres jovens o casamento, a maternidade e a criação dos filhos já não se constituem em obstáculos à sua participação no mercado de trabalho.

O aumento da oferta de força de trabalho juvenil num contexto de

Quadro 1

Taxas de participação grupos de idade e sexo, Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995 – 2005

Região e Grupos de Idade	Taxa de Atividade					
	1995			2005		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	56,8	67,2	46,6	61,1	66,6	55,7
20 a 24 anos	71,8	86,1	59,6	77,4	85,2	70,1
25 a 29 anos	76,1	92,9	61,6	82,8	91,8	74,8
18 a 29 anos	70,7	85,0	58,1	76,8	84,5	69,6
30 ou +	66,0	83,2	52,0	67,4	81,4	56,3
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	64,8	72,5	57,6	69,2	73,9	64,3
20 a 24 anos	77,8	90,1	65,8	82,9	90,1	75,9
25 a 29 anos	78,1	94,8	62,8	86,7	95,5	78,4
18 a 29 anos	75,6	88,9	63,2	82,1	89,4	75,0
30 ou +	73,9	90,4	59,0	65,0	79,0	53,5

Fonte: IBGE/PNAD

baixo crescimento fez com que a taxa de ocupação⁴ - uma medida aproximada da capacidade de incorporação deste grupo etário nos mercados de trabalho metropolitanos estudados-, registrasse um recuo de 0,5 ponto percentual na média do Sudeste e uma queda mais acentuada no Nordeste (3%).

Essa retração da taxa de ocupação atingiu com mais intensidade homens e mulheres entre 18 e 24 anos e é reveladora das dificuldades enfrentadas pelos jovens e, em especial, os jovens adultos do sexo masculino para conseguir e manter um emprego ou mesmo um posto de trabalho “por conta própria” e tem como contrapartida a elevação acentuada das taxas de desemprego.

O quadro 2 mostra a mudança no patamar das taxas de desemprego nas duas regiões, afetando todos os grupos etários e ambos os sexos mas, sobretudo, os mais jovens, as mulheres e os nordestinos. A importância da variável idade na determinação das chances de ficar desempregado aparece claramente na comparação das taxas por faixa de idade: nas metrópoles das duas regiões, elas dão

4 Ocupados de 18 a 29 anos/População de 18 a 29 anos.

um mergulho de aproximadamente 20 pontos percentuais entre os 18 e 19 anos e a faixa de 25 a 29 anos, continuando a cair para níveis sensivelmente mais baixos a partir daí.

Finalmente, chamam atenção as taxas de desemprego sistemática-

Quadro 2

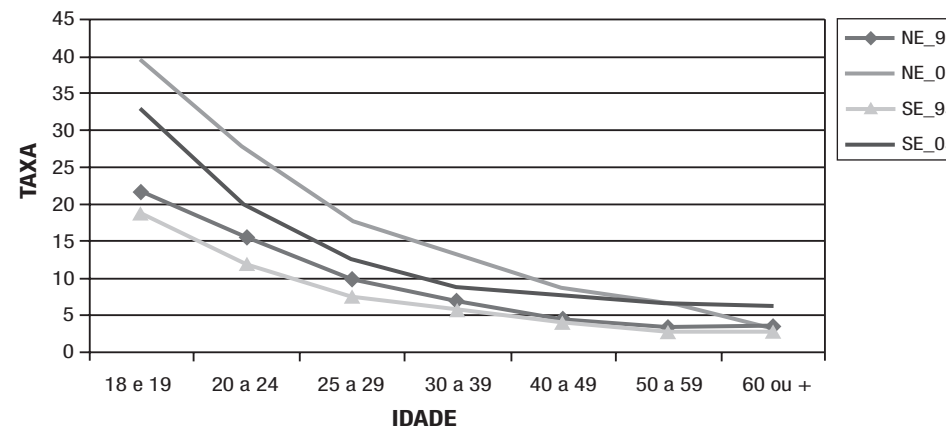
Taxas de ocupação e desocupação por grupos de idade e sexo, Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995 - 2005

Região e Grupos de Idade	Taxa de Ocupação			Taxa de Desocupação		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1995						
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	44,5	53,3	35,9	21,7	20,6	23,1
20 a 24 anos	60,6	75,0	48,4	15,6	12,9	18,9
25 a 29 anos	68,7	85,6	54,2	9,7	7,9	12,0
18 a 29 anos	60,7	74,8	48,4	14,0	12,0	16,6
30 ou +	62,5	79,3	48,9	5,2	4,6	6,1
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	52,6	60,2	45,5	18,8	17,0	21,0
20 a 24 anos	68,6	80,7	56,8	11,9	10,5	13,7
25 a 29 anos	72,1	88,8	56,9	7,6	6,3	9,4
18 a 29 anos	67,2	80,3	54,9	11,2	9,7	13,2
30 ou +	68,7	85,0	53,9	7,1	6,0	8,6
2005						
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	37,1	44,1	30,2	39,4	33,8	45,9
20 a 24 anos	56,3	66,0	47,2	27,3	22,5	32,7
25 a 29 anos	68,1	79,8	57,5	17,8	13,1	23,1
18 a 29 anos	57,7	67,5	48,5	24,9	20,1	30,3
30 ou +	60,7	75,2	49,2	9,9	7,6	12,5
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	46,4	52,7	39,9	32,9	28,7	38,0
20 a 24 anos	66,3	76,6	56,5	19,9	15,0	25,5
25 a 29 anos	75,7	87,2	64,8	12,7	8,7	17,4
18 a 29 anos	66,7	76,6	57,1	18,8	14,3	23,9
30 ou +	59,8	74,2	48,1	7,9	6,0	10,2

Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 1

Taxa de desocupação. Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995-2005



Fonte: IBGE/PNAD

mente bem mais elevadas das metrópoles nordestinas, em todas as idades e para ambos os sexos, evidenciando que mesmo num contexto de dificuldades generalizadas para todos os jovens brasileiros, as desigualdades entre os jovens das duas regiões não apenas se manifestam como foram acentuadas nos dez anos considerados: a diferença entre as taxas médias de desemprego juvenil do Nordeste e do Sudeste cresceu de 25% para 32% no período, o que pode ser tomado como um indicador seguro da reprodução das históricas desigualdades regionais do país, das desvantagens previsíveis para as futuras gerações de nordestinos e da persistência dos fatores de expulsão da população em idade de trabalhar dessa região.

A dimensão do agravamento das dificuldades que os jovens vêm enfrentando nos mercados de trabalho metropolitanos pode ser melhor percebida com a observação do incremento do período 1995 – 2005. Vê-se então que no Nordeste, em cada mil jovens entre 18 e 29 anos, 978 eram economicamente ativos, mas apenas 473 estavam ocupados, enquanto no Sudeste a redução do número de jovens inativos fez com que o contingente dos economicamente ativos superasse o incremento da população neste grupo etário (1102 em cada 1000). Apesar do maior dinamismo dos mercados de trabalho desta última região, em cada 1102 jovens que se incorporaram à PEA apenas 646 encontraram uma ocupação, ficando os 457 restantes desempregados. Em ambas as regiões, tanto o incremento da PEA, como o dos ocupados e dos desocupados foi majoritariamente

feminino evidenciando, mais uma vez, o impacto marcante das mudanças na relação das mulheres com o trabalho na configuração da situação ocupacional da população jovem.

A INSERÇÃO JUVENIL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Tanto o nível de atividade dos jovens quanto as suas chances de encontrarem um emprego ou ocupação estão associados à sua escolaridade. Como foi mostrado, entre 1995 e 2005 ocorreu uma elevação acentuada do nível de escolaridade da população entre 18 e 29 anos, nas regiões metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, embora os níveis alcançados se mantenham bem mais elevados nesta última região.

A taxa de participação cresce com a elevação do número de anos de estudo, alcançando patamar superior a 85% entre os jovens que completaram um curso superior. No período estudado, aumentou significativamente a distância entre as taxas de participação dos jovens menos e mais escolarizados, alcançando, em 2005, 65,6% nas metrópoles do Nordeste e de 81,4% no Sudeste. Este comportamento das taxas de participação juvenil por classes de anos de estudo vem confirmar, portanto, a crescente dificuldade de inserção no mercado de trabalho dos jovens com baixa escolaridade, retratada também nas taxas de ocupação, as quais apresentam um comportamento semelhante. Essa taxa mostra que nas classes de menor número de anos de estudo, entre 30% e 40% dos jovens estavam inativos ou desempregados em 2005, o que, considerando o reduzido contingente dos que ainda estudam a partir dos 20 anos, dá uma idéia aproximada das barreiras por eles enfrentadas nos mercados de trabalho metropolitanos, em especial no Nordeste.

Apesar dessa importância da escolaridade para a obtenção de um emprego ou ocupação, é impressionante nas duas regiões o salto nas taxas de desemprego daqueles jovens que lograram acumular maior número de anos de estudo, como é o caso daqueles com escolaridade equivalente ao ensino médio completo/superior incompleto, como visto, o contingente que mais se expandiu no período considerado. Assim, embora os jovens de 18 a 29 anos nesta faixa de escolaridade tenham elevado a sua participação no conjunto do grupo etário de 21,3% para 42% nas regiões metropolitanas do Nordeste e de 26,5% para 51,8% nas metrópoles do Sudeste, aumentaram também, no mesmo período, quase na mesma proporção, o seu peso no estoque de jovens desempregados (de 21% para 45% no Nordeste e de 23% para 49,5% no Sudeste).

Isso significa que o elevado investimento em educação do

Estado e da sociedade e a resposta positiva dos jovens e das suas famílias não foram suficientes para, ao menos, atenuar os efeitos mais negativos da reestruturação produtiva sobre as novas gerações de trabalhadores. Essas dificuldades enfrentadas pela geração de jovens que mais recebeu investimentos em educação e que mais vem empenhando esforços para obter os diplomas mais valorizados pelo mercado constituem, portanto, a principal evidência da falácia da teoria do Capital Humano a qual, contraditoriamente, foi reatualizada e fortalecida no debate público sobre a crise do mercado de trabalho e, em especial, sobre o fenômeno do desemprego de massa que passa a afetar aqueles que chegam ao mercado de trabalho a partir dos anos 90.

O elevado desemprego dos jovens que concluíram o ensino médio

Quadro 3

Taxa de desocupação e distribuição dos jovens de 18 a 29 anos desocupados por anos de estudo, Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995 – 2005

Região e Anos de Estudo	TAXA DE DESOCUPAÇÃO		DISTRIBUIÇÃO DOS DESOCUPADOS	
	1995	2005	1995	2005
NORDESTE				
Sem Instrução / <1 ano	10,9	20,7	4,2	1,7
De 1 a 3 anos	10,9	20,6	9,7	4,1
De 4 a 7 anos	14,7	25,0	34,1	20,1
De 8 a 10 anos	17,0	29,5	24,0	26,3
De 11 a 14 anos	13,4	24,8	21,0	45,1
15 ou mais anos	...	10,2	5,5	2,1
TOTAL	14,7	24,9	100,0	100,0
SUDESTE				
Sem Instrução / <1 ano	11,7	15,1	2,3	0,8
De 1 a 3 anos	11,1	19,1	6,7	2,3
De 4 a 7 anos	12,5	21,2	34,1	15,1
De 8 a 10 anos	13,1	25,0	31,3	27,9
De 11 a 14 anos	9,3	17,3	23,0	49,5
15 ou mais anos	4,7	9,0	2,5	4,1
TOTAL	11,2	18,8	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD

– hoje o patamar mínimo de escolaridade exigido pela maior parte das empresas nos mercados de trabalho metropolitanos – e o crescimento das taxas de desemprego dos jovens com formação univer-

sitária não decorrem, evidentemente, de uma oferta abundante de trabalhadores com esses diplomas. Pelo contrário, como já observado, mesmo na geração que alcançou os níveis de escolaridade mais elevados da história o Brasil, o número médio de anos de estudo ainda é muito baixo (em 2005, entre 40% ,no Sudeste, e 55%, no Nordeste, dos jovens entre 18 e 29 ainda não tinham concluído o ensino médio).

Além disso, explicitando o impacto sobre o mercado de trabalho do modelo de desenvolvimento seguido pelo país a partir dos anos 90 - e, portanto, o papel central desse modelo na determinação das possibilidades de incorporação dos jovens ao mundo do trabalho -, é exatamente nas regiões metropolitanas do Nordeste, onde a escolaridade média da população é mais baixa, que a participação dos diplomados no estoque de desempregados é mais elevada. Em outras palavras, nas metrópoles das regiões menos desenvolvidas do país a elevação da escolaridade tem resultado em desempregados mais escolarizados e não em mais desenvolvimento (Dedecca, 2006).

Finalmente, note-se que o bloqueio a incorporação dos jovens mais escolarizados é ainda maior do que deixam entrever as suas taxas de desemprego pois, se computada a emigração de jovens mais escolarizados – estimados em 130 mil por ano – a taxa de desemprego desse segmento seria bem mais elevada.

Os dados apresentados mostram dois equívocos do diagnóstico neoliberal dos problemas enfrentados pelo Brasil. Em primeiro lugar, deixam evidente que a estagnação econômica e o baixo crescimento que marcam a economia brasileira desde os anos 90 não resulta de uma incapacidade para acompanhar as transformações do capitalismo contemporâneo derivada da baixa escolaridade da sua população, fator que, segundo esse diagnóstico, impediria o país de avançar rumo à sociedade do conhecimento e de acompanhar os avanços tecnológicos em curso⁵. E, em segundo lugar, questiona o diagnóstico do senso comum, reforçado pela mídia e pelo discurso hegemônico, que remete à baixa escolaridade dos jovens as difi-

5 A escolaridade elevada da população e, sem dúvida, um trunfo importante na luta pelo desenvolvimento de qualquer país, mas ela só cumpre este papel onde estão dadas outras condições para alavancar esse processo o qual, como mostram os raros exemplos bem sucedidos do século XX (Arrighi, 1997), supõe um projeto soberano de nação. Não por acaso, nenhum dos países que se subordinaram aos ditames do Consenso de Washington apresenta resultados positivos em termos de desenvolvimento econômico auto-sustentado, com elevação do padrão de vida do conjunto da população.

culdades que eles têm encontrando no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, evidencia a insuficiência das políticas formuladas a partir desse diagnóstico.

Como mostrado, as desigualdades referidas à idade, ao sexo e à escolaridade são fundamentais na determinação das barreiras e das oportunidades dos jovens no mercado de trabalho. Essas desigualdades (e mais aquelas associadas à cor, à posição na família, dentre outros) recortam-se e entrelaçam-se na construção das trajetórias juvenis para e no mercado de trabalho e são, todas elas, fortemente influenciadas pela origem familiar; isto é, pela posição que o grupo doméstico de origem ocupa na estrutura socioeconômica as sociedades metropolitanas. Tomando como indicador indireto desta posição a renda domiciliar *per capita*⁶, já se viu que o universo dos jovens de 18 a 29 anos residentes nas metrópoles selecionadas reproduz as abissais desigualdades de renda que marcam a estrutura social brasileira. Entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do Nordeste e do Sudeste aumentou a proporção de jovens vivendo em domicílios com menos de um salário mínimo (S.M.) de renda mensal *per capita* sendo esta proporção, como era de se esperar, muito mais elevada no NE do que no SE.

Considerado pobres os jovens dos domicílios com renda *per capita* inferior a um salário mínimo⁷, vê-se que eles estão sub-representados no conjunto dos ocupados e sobre-representados entre os desempregados (quadro 4), chegando a representar, em 2005, 75,4% dos desempregados das regiões metropolitanas do Nordeste e cerca de 56% nas regiões do Sudeste, percentuais bem superiores ao seu peso na PEA (respectivamente, 62,7% % no Nordeste e 35,6% % no Sudeste).

Constata-se, portanto, que apesar do salto da taxa de desemprego

6 Trata-se, evidentemente, de um indicador bastante incompleto pois a posição nesta estrutura, além da disponibilidade de recursos materiais, remete a várias outras dimensões - quase todas, em alguma medida, influenciadas pela renda – que desempenham papéis importantes no desenho dos destinos profissionais dos jovens como, por exemplo, a escolaridade e a ocupação dos pais além do local de moradia, um aspecto relevante para o acesso aos postos de trabalho mais valorizados nos mercados de trabalho metropolitanos e que pode se configurar como uma das muitas barreiras invisíveis com que os jovens se defrontam quando buscam emprego nas grandes metrópoles (Telles, 2006)

7 Esta é uma linha de pobreza que leva em conta o baixo valor do salário-mínimo brasileiro e que, por isso, distancia-se das linhas de pobreza minimalistas oficiais, utilizadas para a identificação do público alvo das políticas focalizadas.

Quadro 4

Taxas de atividade e de desocupação dos jovens de 18 a 29 anos segundo a renda domiciliar per capita, Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995 – 2005

Classes de renda domiciliar per capita	Taxa de atividade*	Taxa de ocupação	Taxa de desocupação
NORDESTE - 1995			
Até 1/4 salário-mínimo	58,7	42,2	28,0
Mais de 1/4 até 1/2 salário-mínimo	64,4	50,1	22,2
Mais de 1/2 até 1 salário-mínimo	71,8	61,9	13,8
Mais de 3 salários-mínimos	72,8	67,6	7,1
NORDESTE - 2005			
Até 1/4 salário-mínimo	66,7	35,2	47,2
Mais de 1/4 até 1/2 salário-mínimo	70,8	47,8	32,5
Mais de 1/2 até 1 salário-mínimo	80,5	63,1	21,7
Mais de 3 salários-mínimos	79,5	70,7	11,1
SUDESTE - 1995			
Até 1/4 salário-mínimo	53,3	37,9	28,8
Mais de 1/4 até 1/2 salário-mínimo	60,5	45,0	25,5
Mais de 1/2 até 1 salário-mínimo	67,2	54,3	19,2
Mais de 3 salários-mínimos	82,3	78,4	4,7
SUDESTE - 2005			
Até 1/4 salário-mínimo	69,6	33,2	52,3
Mais de 1/4 até 1/2 salário-mínimo	71,9	44,9	37,6
Mais de 1/2 até 1 salário-mínimo	78,7	59,8	24,0
Mais de 3 salários-mínimos	84,0	76,0	9,5

Fonte: IBGE/PNAD

*Calculada sobre a população de 18 a 29 anos

dos jovens pertencentes a domicílios com níveis de renda mais elevados (três ou mais S.M.), revelador do caráter da reestruturação produtiva e do seu impacto sobre a capacidade de geração de postos de trabalho mais bem remunerados da economia brasileira, – são os jovens dos domicílios pobres que estão sendo atingidos em mais larga escala pelo desemprego. Assim, em 2005, enquanto entre os muito pobres (menos de 0,5 S.M. de renda domiciliar *per capita* mensal) as taxas de desemprego situavam-se entre 32,5% e 47,2% no Nordeste e entre 37,6% e 52,5% no Sudeste, entre os jovens pertencentes às classes de renda média e alta, a taxa de desemprego do grupo etário de 18 a 29 anos era de 11,1% nas R.Ms. Nordeste e de 9,5% nas do Sudeste.

Isto significa que a despeito de penalizar pela primeira vez os

estratos médios, até então mais protegidos, o mercado de trabalho brasileiro aprofundou um dos seus traços mais característicos, o de constituir-se em um poderoso mecanismo de reprodução das desigualdades e da pobreza (Kraychete; Borges, 2007).

Ao lado desses dados sobre o desemprego dos jovens pobres, outra informação da PNAD 2005, agora referida à classe de renda mensal familiar em SM, revela mais uma dimensão do mesmo fenômeno: o elevado contingente de jovens entre 18 e 29 anos que não trabalham nem estudam.

No caso dos rapazes, a gravidade desta situação decorre da ausência de papéis alternativos que eles possam desempenhar na sociedade o que, juntamente com a situação mais freqüente de falta de recursos para acessar bens e serviços cujo consumo tornou-se parte integrante da identidade juvenil, os expõe diretamente a situações de risco. Entre 1995 e 2005, o peso do contingente de rapazes alijados dos dois principais integradores – a escola e o trabalho – no conjunto da população masculina juvenil subiu de 14,5% para 19% no Nordeste e de 11,4% para 13,1% no Sudeste. No incremento da década, os percentuais de jovens que ficaram nessa situação são alarmantes: mais de 30% dos homens jovens do sexo masculino, no Nordeste e quase 20%, no Sudeste. Acrescente-se, ainda, que embora um pouco inferiores à média do conjunto dos jovens estes percentuais são também extremamente elevados – e certamente mais preocupantes – entre os jovens adultos entre 25 e 29 anos: 26,6% no Nordeste e 12,4% no Sudeste.

Entre as mulheres, esse fenômeno é ainda mais forte do que entre os rapazes, mas sofreu uma retração entre 1995 e 2005, coerente com o salto das taxas de participação e de ocupação das jovens, já mencionado. Ainda que menos dramático, por não portar os mesmos riscos implicados no caso dos homens, os elevados percentuais de mulheres jovens que não trabalhavam nem estudavam (em 2005, 35,4% no Nordeste e 30,6%, no Sudeste) são coerentes com movimentos mais amplos do capitalismo contemporâneo que vêm despejando sobre as mulheres, sobretudo as mais pobres, grande parte do ônus da crise do mercado de trabalho: elas apresentam taxas de desemprego mais elevadas e, também, elevados índices de precarização do trabalho.

A persistência de elevados contingentes de mulheres jovens fora da escola e do trabalho, além de traduzir, em parte, este ônus, joga luz em outra dimensão da precarização das condições de vida das mulheres: a negação, para um contingente significativo delas, das condições para o exercício da cidadania, fortemente atreladas à presença nos espaços públicos - dentre os quais se destacam o mer-

cado de trabalho e a escola - e o seu aprisionamento no espaço privado, onde se dedicam aos “afazeres domésticos” e/ou à criação dos filhos, papéis alternativos historicamente imputados às mulheres.

Observe-se, finalmente, que independente do sexo, a exclusão da escola e do trabalho é uma situação que afeta, sobretudo, as famílias mais pobres pois em 2005, 64,4% dos jovens do Nordeste que se encontravam nesta situação e 43% dos que residiam no Sudeste pertenciam a famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos.

○ TRABALHO JUVENIL

Quadro 5

Jovens de 18 a 29 anos, que não trabalham e não estudam por idade e sexo, Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995 – 2005

Anos de estudo	Grupos de Idade			
	18 a 29	18 a 19	20 a 24	25 a 29
TOTAL				
NORDESTE				
1995	26,8	21,9	27,4	28,5
2005	27,5	24,9	29,3	26,6
SUDESTE				
1995	23,4	20,9	22,4	25,7
2005	22,0	22,6	22,8	20,9
HOMENS				
NORDESTE				
1995	14,5	15,7	15,8	12,5
2005	19,0	18,8	21,4	16,3
SUDESTE				
1995	11,4	15,6	11,5	9,4
2005	13,1	17,2	14,1	10,0
MULHERES				
NORDESTE				
1995	37,5	27,9	37,2	42,2
2005	35,4	30,8	36,8	35,9
2005	27,5	45,7	35,2	14,7
SUDESTE				
1995	34,7	25,9	32,9	40,5
2005	30,6	28,1	31,0	31,1

Fonte: IBGE/PNAD

A partir da década de 90, o elevado e persistente desemprego colocou num segundo plano as características da inserção juvenil no mercado de trabalho, isto é, de que modo, em que condições, os

jovens “bens sucedidos” – isto é, que conseguem ocupar um lugar no mercado de trabalho -, trabalham e quais as características dos postos de trabalho que ocupam.

E, no entanto, talvez mais do que o desemprego, o trabalho dos jovens, as suas características e o seu significado colocam-se, hoje, como uma questão relevante para o conjunto da sociedade, porque é no desenho e nas formas em que vai se cristalizando o trabalho juvenil que são encontradas as pistas mais ricas sobre o futuro do mundo do trabalho gestado na reestruturação capitalista do final do século XX.

O que se discute, nem sempre ingenuamente, como um “problema” da juventude, ou das juventudes, não diz respeito apenas aos jovens enquanto grupo etário e enquanto integrantes de uma geração que chega à idade adulta no bojo da reestruturação da economia brasileira mas, também, às próximas gerações de trabalhadores, jovens e adultos. Ou seja, no inseguro, inconstante, flexível e precário trabalho dos jovens de hoje está sendo desenhada a sociedade brasileira de amanhã, cujo perfil vai se tornando mais claro à medida que as gerações dos seus pais e avós vão saindo de cena e encerrando com elas as conquistas e memórias das gerações de trabalhadores que construíram a economia urbano-industrial do país e, nesse processo, lograram também construir um Estatuto do Trabalhador, que se configurava como o embrião de um sistema de proteção social fundado no trabalho⁸.

Por esta razão, a investigação mais detalhada das formas de inserção na ocupação das novas gerações é relevante para a crítica da abordagem hegemônica sobre a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho, que coloca o desemprego como o principal e único problema e, ao fazê-lo, procura legitimar as iniciativas que redundam na precarização do trabalho juvenil, colocada como condição necessária ou mal menor para o enfrentamento da “exclusão” dos jovens.

De fato, se no plano das políticas sociais a atual geração de jovens usufrui da universalização – tardia, incompleta e de baixa qualidade - de alguns direitos sociais básicos, como o acesso aos serviços de educação e de saúde, no plano do trabalho e da proteção social a ele associada ocorre o contrário: para aqueles que entraram no mercado de trabalho a partir dos anos 90, os direitos do trabalho

⁸ O Estatuto do Trabalhador está consubstanciado, no Brasil, fundamentalmente na CLT e em todo o arcabouço institucional a ela relacionado (Justiça do Trabalho, Delegacias e Procuradorias do Trabalho), no Estatuto do Funcionário Público e na Previdência Social.

são experimentados de forma descontínua e minimalista ou tornaram-se quimeras, coisas do passado e, muito facilmente, tratados e percebidos como privilégios, num contexto em que a desproteção e/ou a incerteza são a norma.

A seguir são analisados alguns dados sobre a inserção ocupacional dos jovens nas regiões metropolitanas selecionadas mas, antes, é importante lembrar que historicamente, as portas de acesso ao trabalho dos jovens urbanos sempre foram em número reduzido: o trabalho em negócios familiares e, para a maioria, o trabalho assalariado sob várias formas: aprendiz, inicialmente sobretudo para os adolescentes menos escolarizados⁹, o estágio, principalmente para os estudantes universitários e, mais recentemente, também para aqueles que cursam o nível médio¹⁰, o emprego propriamente dito, com ou sem carteira de trabalho assinada e, particularmente para as mulheres, o trabalho doméstico remunerado.

A opção do trabalho por “conta própria”, tão destacada no discurso do empreendedorismo e linha de ação de algumas políticas públicas¹¹, é menos acessível aos jovens pois a sobrevivência neste tipo de atividade supõe a posse de recursos que a maioria dos jovens não dispõe, como experiência profissional e de vida, o domínio de um ofício, algum recurso financeiro, rede de relações e conhecimento do mercado (Borges, 2000).

Por essas razões, a crise e a reestruturação da economia atingiram sobretudo os jovens: primeiro, logo no início dos anos 90, como observado, elas levaram a uma destruição maciça de postos de trabalho assalariados e, depois, nos anos 2000, já na vigência plena do novo padrão de acumulação, a abertura de novas vagas tem sido insuficiente para atender à demanda dos desempregados e dos que ingressam anualmente no mercado de trabalho e vem acompanhada do rebaixamento do padrão salarial e da perda de qualidade dos postos de trabalho.

A importância do emprego como forma de trabalho para os

9 Originalmente concebida para os adolescentes e jovens entre 12 à 18 anos, este tipo de contrato foi flexibilizado com o alargamento da faixa etária, passando a incluir jovens adultos de até 24 anos (Silva, M.C e Borges, A, 2007).

10 Outro instrumento legal flexibilizado nos anos noventa como parte do esforço de “inclusão” dos jovens no mercado de trabalho mas que resulta na ampliação o universo da força de trabalho juvenil que pode ser contratada a baixíssimo custo (Pochmann, M. 2006; Silva, M.C e Borges, A, 2007)

11 A exemplo do apoio ao Empreendedorismo Juvenil, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE (Padilha, A; Borges, A., 2007).

jovens contribui, portanto, para explicar porque, entre 1995 e 2005, apesar da crise do mercado de trabalho aumentou, ao invés de diminuir, a proporção de jovens ocupados na posição de empregado. Nas metrópoles nordestinas, enquanto em 1995 em cada mil jovens entre 18 e 29 anos ocupados, 659 eram empregados, em 2005 este número aumentou para 710 sendo que se computados os Trabalhadores Domésticos - uma forma de emprego ainda importante para as mulheres jovens, apesar de decrescente no período -, 802 em cada mil jovens ocupados estavam em um posto de trabalho assalariado. Finalmente, no incremento da ocupação juvenil entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do NE, 934 em cada mil jovens que conseguiram entrar no rol dos ocupados o fizeram na condição de empregados.

No Sudeste, cujos mercados de trabalho são mais estruturados, esse peso do assalariamento na ocupação juvenil é ainda mais elevado – 853 em mil em 1995, se considerados os Trabalhadores Domésticos, subindo para 869, em 2005. No incremento do período, os Empregados somaram 983 em cada mil jovens ocupados, numa eloqüente demonstração da reduzida importância do trabalho por Conta Própria para a inserção juvenil e das barreiras de entrada com que se defrontam neste espaço do mercado de trabalho.

Sendo o emprego o principal canal de acesso dos jovens ao trabalho, como não poderia deixar de ser, eles também foram atingidos pelo processo de precarização dos vínculos deflagrado pelas transformações dos anos 90 e, depois, continuamente aprofundado. Todavia, é fundamental ressaltar que apesar do expressivo aumento da proporção de jovens de 18 a 29 anos em empregos não registrados, em 2005, a maioria dos jovens empregados estava na categoria de “empregados com carteira assinada” ainda que, relativamente ao total de jovens ocupados, estes que tinham um emprego socialmente protegido – dentre os quais uma minoria que é funcionário público – representavam pouco mais de 58% no Sudeste e apenas cerca de 44% nas regiões metropolitanas do Nordeste.

Nas duas regiões, no incremento da ocupação no período, em torno da metade dos jovens conseguiu um emprego com carteira mas, como ocorreu também uma redução no contingente na categoria de Funcionário Público, no computo final a maioria deles acabou por ocupar posições desprotegidas, o que tendo em vista a recuperação do número empregos registrados a partir de 2003, mostra o caráter limitado desta recuperação, incapaz de alterar, significativamente os indicadores negativos do mercado de trabalho.

Além de insuficiente em termos quantitativos, a geração de

novas vagas a partir da recuperação de 2003, como já comentado anteriormente, está sendo marcada pela baixa qualidade dos postos de trabalho gerados, tanto pela elevada proporção de ocupações precárias como pelos seus baixíssimos níveis de remuneração. No caso específico dos jovens trabalhadores, observa-se que a busca da redução custos a qualquer preço e de flexibilidade máxima levou as empresas a recorrerem freqüentemente ao desvio de finalidade do contrato de estágio ou, simplesmente, a não registrarem o vínculo empregatício. Nos dois casos, os jovens trabalham sem qualquer proteção social e estes anos de trabalho não serão computados para efeito de aposentadoria.

Para concluir estes comentários sobre o perfil da ocupação juvenil nas metrópoles do Nordeste e do Sudeste não se pode deixar de atentar para outro dado, pouco observado nas análises do trabalho juvenil. Trata-se da comparação entre o peso dos jovens de 18 a 29 anos nos principais agregados do mercado de trabalho e o seu peso na população em idade ativa, porque, mais até do que a taxa de desemprego juvenil, é esta comparação que permite dizer em que medida os jovens estão sendo efetivamente “excluídos” dos empregos e concluir algo a respeito da sua importância como força de trabalho para o capital.

Tal comparação mostra que, nas duas regiões, os jovens estão sobre-representados nesses agregados, isto é, o seu peso relativo na População Economicamente Ativa (PEA), nos Ocupados e nos Desocupados é sempre superior ao seu peso na população com 10 anos ou mais¹². Em 2005, os jovens entre 18 e 29 anos representam aproximadamente 29% da população com 10 anos ou mais nas metrópoles nordestinas e em torno de 25% no agregado da região Sudeste mas, na PEA, eles correspondiam a cerca de 36% no NE e a 33% no SE, traduzindo a pressão que exercem sobre o mercado de trabalho e a centralidade do trabalho para este grupo etário. Esta pressão, num contexto de baixo crescimento e de uma reestruturação produtiva com forte componente poupador de trabalho humano levou, como visto, ao aumento das taxas de desemprego juvenis e ao rejuvenescimento do contingente de desempregados, cuja maior parte já era formada por trabalhadores entre 18 e 29 anos. Assim, entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do Nordeste, a participação dos jovens no estoque de desempregados passou de 53,6% para 55,6% e, no Sudeste, de 46,1% para 47,8%.

Observe-se, no entanto, que embora o desemprego assume

cada vez mais feição juvenil, isto não quer dizer que os jovens estão “excluídos” do universo dos que conseguem trabalhar. Pelo contrário, apesar de um pouco menor, segue sendo expressiva e, mesmo, superior ao seu peso na população, a presença dos jovens no universo das pessoas ocupadas: eles representavam, tanto em 1995 como em 2005, mais de 30% dos ocupados nas metrópoles selecionadas.

Nas metrópoles das duas regiões e nos dois anos considerados, os jovens de 18 a 29 anos estão igualmente sobre-representados tanto entre os Empregados como entre os Empregados com Carteira Assinada - categoria que pode ser tomada como *proxy* da força de trabalho do núcleo estruturado da economia¹³ -, apesar de terem perdido participação no estoque dessas duas categorias de ocupados nas metrópoles do Nordeste. Assim, nesta região, em 2005, os jovens entre 18 e 29 anos representavam 29% da população em idade ativa contra 25% nas metrópoles da região Sudeste mas correspondiam a nada menos que 39,5% dos Empregados com Carteira nos mercados metropolitanos do Nordeste e 40% no Sudeste.

É evidente, portanto, que além de não estar sendo “excluída” do mercado de trabalho, a força de trabalho juvenil integra o núcleo da força de trabalho subordinada ao capital e continua sendo recrutada pelas empresas, numa proporção bem superior ao seu peso na população em idade ativa, sobretudo para aquelas posições consideradas secundárias – na maioria dos casos, precárias, mal remuneradas e sem perspectiva de carreira¹⁴ - e que foram exatamente as que mais se expandiram após a reestruturação das empresas (Borges, 2003; Dedecca, C. S., 2006).

A qualidade dos empregos reservados aos jovens entre 18 e 29 anos fica claramente evidenciada nos seus rendimentos médios que, em 2005, situavam-se entre um e dois salários mínimos. Como sabido, entre 1995 e 2005 registrou-se uma queda acentuada e quase generalizada nos rendimentos dos ocupados, a qual redundou

13 Embora não deva ser esquecido que com o intenso processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho e a conseqüente descaracterização do assalariamento, uma parte expressiva dessa força de trabalho está hoje classificada nas categorias dos Empregados sem Carteira Assinada e entre os Conta Própria.

14 Em um estudo para Salvador, Menezes e Carrera-Fernandez, mostram que os jovens encontram poucas opções no mercado de trabalho, com apenas 10 ocupações concentrando 68,8% da ocupação juvenil. São elas: trabalhadores domésticos, estagiários, vendedores, sergente de pedreiro/trabalhador braçal, vendedor ambulante, copeiro/garçon/lanchonete; balconista, auxiliar de escritório, caixa/auxiliar de contabilidade e faxineiro (Menezes; Carrera-Fernandez, 2001).

12 No Brasil, essa faixa etária corresponde à População em Idade Ativa,

em uma redução das desigualdades entre os trabalhadores jovens e adultos em decorrência das perdas mais acentuadas desses últimos, uma vez que ganhando os jovens salários próximos ao salário mínimo, o único a acumular ganhos reais, acabaram perdendo menos do que os adultos. Esse achatamento do leque salarial, ao aproximar as remunerações dos adultos e jovens dificulta ainda mais o acesso destes últimos a um posto de trabalho, pois em um contexto de elevado desemprego as empresas passam a ter a opção de empregar um trabalhador mais experiente sem arcar com uma significativa elevação do custo, uma vez que os adultos são obrigados a aceitar empregos mal pagos e sem futuro passando a competir, diretamente, com aqueles que estão entrando no mercado de trabalho.

CONCLUSÕES

Quadro 6

Participação dos jovens e adultos na PIA, nos ocupados e nas principais posições do mercado de trabalho, Regiões Metropolitanas do Nordeste do Sudeste, 1995 - 2005

Região e Grupos de Idade	PIA	OCUPADOS	Posição na ocupação no trabalho principal					
			Total	Empregados			TD	Outras posições**
				Categoria de emprego*				
				ECC	FP	Outros		
1995								
NORDESTE								
18 a 29 anos	28,9	34,0	39,6	41,5	16,7	47,4	41,1	22,4
30 anos ou mais	48,1	58,2	55,3	57,4	83,2	37,3	45,3	67,0
SUDESTE								
18 a 29 anos	24,7	31,5	37,4	38,7	23,0	41,2	29,8	17,5
30 anos ou mais	55,5	63,0	56,8	57,5	76,9	41,3	63,1	78,6
2005								
NORDESTE								
18 a 29 anos	28,9	32,8	39,0	39,5	12,3	47,7	31,5	21,0
30 anos ou mais	53,3	63,6	58,3	60,1	87,7	44,5	64,1	73,8
SUDESTE								
18 a 29 anos	25,0	31,0	38,5	40,0	16,2	42,9	20,2	15,6
30 anos ou mais	59,3	66,1	58,6	58,9	83,6	48,6	77,2	81,2

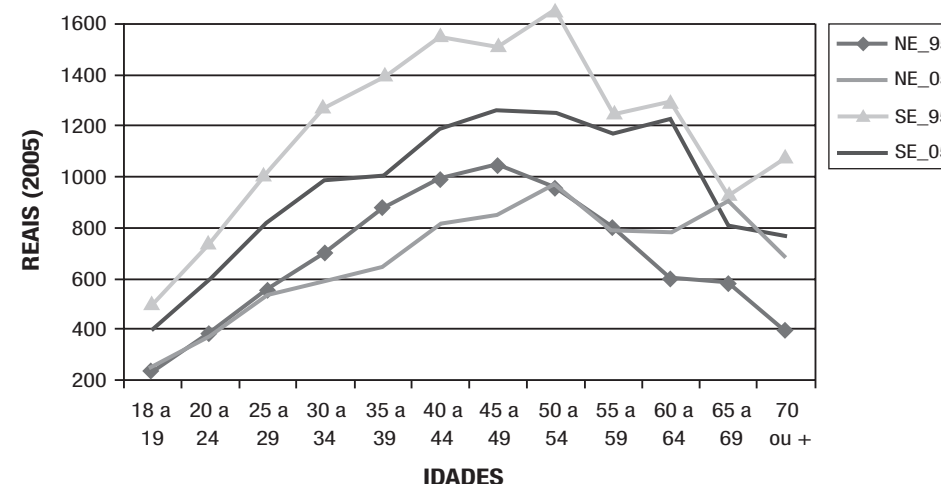
Fonte: IBGE/PNAD

* ECC - Empregados Com Carteira Assinada; FP - Funcionário Público; TD - Trabalhadores Domésticos

** Outras Posições: Contra própria, Empregadores, Não remunerados e Trabalhadores na Subsistência

Gráfico 2

Rendimento médio real no trabalho principal por grupos de idade. Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste. Brasil 1995-2005



O conjunto de indicadores analisados sobre a participação e as formas de inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos evidencia a complexidade da relação jovem x trabalho no atual contexto. Uma complexidade que não pode ser apreendida da perspectiva que se restringe à dicotomia inclusão x exclusão, nem por abordagens centradas, exclusivamente, nas características dos próprios jovens, seja para ressaltar os seus déficits (de escolaridade, de socialização, de experiência, de iniciativa, de auto-estima, etc.), seja para eleger algum dos seus atributos como fonte das dificuldades e barreiras por eles encontradas na busca por um posto de trabalho e nas suas trajetórias ocupacionais.

Ainda que os aspectos tratados nessas abordagens sejam relevantes e não devam ser, portanto, ignorados, resta evidente que a compreensão da relação jovem/trabalho não pode ser alcançada fora de uma abordagem de cunho estrutural, que tome como parâmetro o caráter das transformações em curso no capitalismo, o papel e o lugar do trabalho na acumulação de capital, o perfil da força de trabalho necessária aos processos produtivos e as novas configurações assumidas pela relação capital x trabalho.

No caso brasileiro, isso implica considerar, portanto, como o novo modelo de acumulação inaugurado na década de 90 redefine as possibilidades e o padrão de desenvolvimento do país e os reflexos dessas transformações sobre a demanda de força de trabalho

das empresas, sobre a estrutura ocupacional e, conseqüentemente, sobre as oportunidades de trabalho disponíveis para cada um dos diversos segmentos juvenis. Só assim será possível compreender que o elevadíssimo desemprego que está vitimando os jovens de hoje não encontra sua origem nos déficits que eles portam, mas na incapacidade da economia brasileira para criar “lugares” (Castel, 1998) suficientes para reduzir as taxas de desemprego e, ainda, incorporar os numerosos contingentes de trabalhadores que chegam todos os anos ao mercado de trabalho.

Por fim, além dessas considerações, cabe contestar aquelas abordagens e políticas que usam de um problema real - o desemprego juvenil - que atinge desigual e diferentemente os vários segmentos sociais, para legitimar políticas que não visam nem conseguem solucioná-lo, como é o caso do discurso que defende (e das ações que implementam) a flexibilização das relações de trabalho, isto é, a precarização dos vínculos e dos postos de trabalho através da retirada de direitos e da redução de salários. Essas ações visam, na verdade, a completa re-configuração das relações de trabalho no País e a escolha dos jovens como público alvo preferencial dessas políticas decorre da sua maior vulnerabilidade e menor capacidade de resistência ao ataque aos direitos do trabalho. Nesse sentido, a precariedade que marca o trabalho juvenil como que antecipa e explícita, de forma mais plena, as características mais marcantes e estruturais do novo mercado de trabalho que emerge da reestruturação do capitalismo (Meszaros, 2006).

REFERÊNCIAS

- Arrighi, Giovanni 1997. *A ilusão do desenvolvimento* (Petrópolis: Vozes).
- Borges, A. 2003 *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, UFBA.
- Borges, A. 2001 “A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90” in: *10 anos do estatuto da criança e do adolescente*. (Salvador: UNICEF/MOC).
- Borges, A; Castro, M.G. (org.) 2007 *Família, Gênero e Gerações: desafios para as políticas sociais*. (São Paulo: Ed. Paulinas).
- Camarano, A. A. (org.) 2006 *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (Rio de Janeiro: IPEA).
- Castel, R. 1998 *As metamorfoses da questão social: uma crônica do*

salário. (Petrópolis, RJ: Vozes).

- Castro, M.G. e outros 2007 “Juventude, gênero, família e sexualidade. Combinando tradição e modernidade” in Borges, A; Castro, M.G. (org.) *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais* (São Paulo: Ed. Paulinas).
- Castro, M.G. 2002 “O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares” in Novaes, R.R. e outros (org.) *Juventude, cultura e cidadania*, (Rio de Janeiro: ISER)
- Dedecca, C. S. 2006 *O trabalho no Brasil do início do século XXI*. (Campinas: IE/UNICAMP).
- Guimarães, N. A. 2005 “Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?” in Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira*. (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Kraychete, E; A Borges. 2007 “Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente” (Salvador: Caderno CRH) Nº 50
- Menezes, W; Carrera-Fernandez, J. 2001 “A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de Salvador”, (São Paulo: Pesquisa e Debate) Vol.12, Nº2.
- Meszaros, I. 2006 “Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda”. In: Antunes, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. (São Paulo: Boitempo).
- Pochmann, M. 2006 Terceirização e diversificação nos regimes de contratação de mão-de-obra no Brasil. (Campinas: CESIT/IE/UNICAMP).
- Sassen, S. 1998 *As cidades na economia mundial*. (São Paulo: Studio Nobel).
- Silva, M.C e Borges, A. 2007 Mudanças recentes na regulação do trabalho juvenil no Brasil, UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho, Salvador,
- Telles, Vera; Cabanes, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 442 p.
- Padilha, A; Borges, A. Juventude e mercado de trabalho no Brasil: considerações sobre a política federal de 2003 a 2007, UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho, Salvador, 2007, 9 p.